

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 176 - Brasília, segunda-feira, 4 de março de 1996

Arruda: Congresso ajuda a construir país mais justo

Vice-líder do governo, ao ressaltar o desempenho dos parlamentares, lembra a votação dos projetos da Lei de Patentes, da doação de órgãos e do Fundo de Estabilização Fiscal

Sessões do Senado serão transmitidas também por rádio

As emissoras de rádio do país vão poder transmitir gratuitamente, a partir do dia 6, os trabalhos das comissões e do plenário da Casa, além de três boletins diários do informativo *Senado em Linha Direta* e do *Jornal do Senado (Voz do Brasil)*. A Agência Senado Radiosat é mais um serviço para divulgar as atividades do Senado, que já conta com um jornal diário e uma emissora de TV, sintonizada através do canal 45 da NET, em Brasília.

A agência entrará no ar às 9h55 desta quarta-feira, com a transmissão do depoimento do ex-vice-presidente do Banco Nacional Clarimundo José de Sant'Anna, na Comissão de Assuntos Econômicos. Às 14h15, haverá a primeira edição do informativo *Senado em Linha Direta* e, logo após, às 14h30 será transmitida a sessão plenária. Às 19h, entrará o *Jornal do Senado*, e às 20h15 a segunda edição do *Senado em Linha Direta*.

O sinal poderá ser captado pelas emissoras que integram o sistema Radiosat, dotadas do receptor Constream, ABR200. Para conseguir bom sinal, devem sintonizar seus receptores em 3684,4 MHz. Outras emissoras poderão ter acesso a um serviço de informações 24 horas, com dois boletins e a agenda do dia, através do telefone: (061) 200-5050.



A estação transmissora da Agência Senado entra em operação

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-líder do governo no Senado, afirmou na sexta-feira que o Congresso Nacional e, particularmente, o Senado Federal, têm dado ao país uma demonstração inequívoca de que estão prontos para discutir os grandes temas nacionais, votar os grandes projetos e, principalmente, para ser o fórum de discussão e decisão desse projeto de reforma da sociedade brasileira.

Segundo o senador, tem sido fundamental o desempenho do Congresso nos últimos dias para que tenhamos um país com que todos sonhamos: mais justo, que tenha liberdade de receber os investimentos nos setores produtivos da economia, que passe por uma

reformulação do Estado, que tenha mecanismos próprios de ação no Estado na erradicação da miséria. Arruda lembrou que poucas vezes, nesses cem anos de República, o Congresso Nacional esteve tão operoso, tão preparado para conviver nas divergências e tão disposto a decidir e votar o projeto de mudança da sociedade brasileira.

Para ressaltar o desempenho dos parlamentares, ele lembrou a votação, na quinta-feira, dos projetos da Lei de Patentes - que tramitava há cinco anos -, da doação de órgãos e do Fundo de Estabilização Fiscal.



Arruda

Tratamento a bancos gera novas críticas

O tratamento dado pelo governo federal aos bancos, em detrimento de outros setores, recebeu severas críticas na sessão do Senado na sexta-feira. O líder do PT, José Eduardo Dutra, insistiu na instalação de CPI, proposta que poderá ser fortalecida se os dirigentes do Banco

Central não forneceram ao Congresso informações confiáveis, segundo previu Ney Suassuna. Freitas Neto condenou a concessão de vultosos recursos aos bancos, também censurada por Ademir Andrade. José Alves cobrou a apuração de fraudes no setor financeiro. **Página 3**

Valmir condena idéia de discriminar uso de maconha

Senador condena proposta em tramitação na Câmara e pede à sociedade que concentre esforços em torno de uma pedagogia de prevenção para salvar a juventude. **Página 4**

Osmar Dias aponta riscos ao Plano Real

Página 4

Conselho de Ética elege dirigentes

Em sua primeira reunião deste ano, realizada na quarta-feira, dia 28, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado elegeu o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) como seu novo presidente. Na mesma sessão, o senador José Alves (PFL-SE) foi escolhido vice-presidente.

Instituído pela resolução nº 20, de 1993, ano em que também foi criada a Corregedoria Parlamentar da Casa, o conselho é responsável pela recomendação de medidas disciplinares cabíveis nos casos de transgressão dos princípios de ética e decoro, cabendo-lhe presidir a tramitação dos processos disciplinares visando apurar as denúncias.

Integram o conselho, além do presidente e do vice, o senador Romeu Tuma (PSL-SP), que como corregedor é membro nato, e os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Waldeck Ornelas (PFL-BA), Elcio Alvares (PFL-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Pedro Piva (PSDB-SP), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Emília Fernandes (PTB-RS), Osmar Dias (PSDB-PR), Marina Silva (PT-AC), Ramez Tebet (PMDB-MS), Francelino Pereira (PFL-MG) e Darcy Ribeiro (PDT-RJ).

Projeto de Lobão estimula uso de energia alternativa

Senador pretende corrigir falhas do planejamento centralizado, que deixou milhões de brasileiros carentes sem eletricidade

O aproveitamento no país de diversas formas de energia alternativa é o que objetiva projeto apresentado sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), com o argumento de que a adoção da medida permitirá a redução dos desequilíbrios regionais e o acesso de 20 milhões de brasileiros, excluídos do processo de desenvolvimento, a formas adequadas de energia.

Ao justificar o projeto em plenário, o senador disse que a iniciativa visa "estimular a produção de energia termossolar, fotovoltaica e eólica; incentivar a sua utilização mediante sis-

temas isolados de pequeno porte; permitir o uso de energia solar em aquecimento de água, para reduzir o consumo de energia elétrica; e estimular a criação de cooperativas de produtores e usuários de energia solar e eólica".

Para o senador, o modelo de expansão do setor elétrico brasileiro, baseado nos investimentos estatais, apresenta nítidos sinais de exaustão. Na sua opinião, o planejamento centralizado, dirigido primordialmen-



Edison Lobão

te ao atendimento das grandes demandas, falhou sob o aspecto social, deixando milhões de brasileiros sem os benefícios proporcionados pela eletricidade.

Lobão afirmou que o Brasil dispõe de uma condição essencial para o emprego econômico da energia solar, e que o aproveitamento dessa energia alternativa vai permitir, além do desenvolvimento tecnológico, a valorização da qualidade no suprimento de produtos e serviços.

Teotônio pede apoio do Congresso a ajuste fiscal e reformas estruturais

A cooperação dos parlamentares para que se possa realizar um ajuste fiscal completo e aprovar reformas estruturais profundas foi pedida pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), para quem a continuidade do Plano Real exige modificações nos instrumentos que vêm sendo utilizados para garantir-lhe o sucesso. Segundo afirmou, o Plano Real está entrando na etapa de consolidação e o Congresso Nacional "precisa dar à opinião pública uma comprovação de estar sintonizado com o seu tempo".



Teotônio Vilela

- O Plano Real e a estabilidade econômica trouxeram ao Brasil uma notoriedade especial. Em pouco tempo, por exemplo, oito fabricantes de automóveis, de nacionalidades diversas, anunciaram a intenção de realizar investimentos aqui para iniciar, rapidamente, a produção. Isso significa mais empregos, mais impostos e maior intercâmbio comercial com os países do continente e do resto do mundo - disse Teotônio Vilela Filho, garantindo que o presidente Fernando Henrique Cardoso, ciente desse momento especial que o país atravessa, tem procurado es-

treitar laços diplomáticos com todo o mundo.

Teotônio entende que os instrumentos utilizados pelos economistas para alcançar a estabilização econômica e os baixos índices inflacionários precisam, agora, ser substituídos. Na sua opinião, a política de juros elevados ajudou a conter a inflação, mas provoca um sério problema para empresas endividadas e também para o governo, "que vê sua dívida interna expandir-se indefinidamente". Também a contenção do câmbio é outro instrumento que não poderá ser mantido por tempo indeterminado. "É, portanto, chegado o momento de realizar o ajuste fiscal completo", ressaltou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da PEC 01/96, que flexibiliza o monopólio de resseguros; votação em turno único dos seguintes projetos: PLC nº 161/93, que torna obrigatório o uso de tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno nas

embalagens e propagandas dos produtos utilizados no aleitamento artificial; PLC nº 26/95, que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública; PLC nº 49/95, que acrescenta dispositivos ao art. 791 da CLT; e PLC nº 75/95, que altera a redação do parágrafo 4º do art. 24 da Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias, entre outras matérias.

Tratamento aos bancos gera novas críticas ao governo

Se os esclarecimentos a serem prestados pelos diretores do Banco Central ao Congresso amanhã (terça-feira) não forem convincentes, ficará reforçada a posição dos que desejam uma CPI para apurar a atuação do órgão na fiscalização do sistema financeiro nacional. A previsão foi feita por Ney Suassuna (PMDB-PB), um dos senadores que ocuparam a tribuna do Senado para criticar o tratamento que o governo dá aos bancos.

A falta de ação do governo na fiscalização dos escândalos financeiros foi criticada por José Alves (PFL-

SE), que apoiou todas as iniciativas do Senado no sentido de apurar as denúncias. O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), voltou a pedir a imediata instalação de uma CPI mista do Congresso para o caso. Freitas Neto (PFL-PI) citou o caso Banespa como demonstração de que o setor financeiro está sendo privilegiado na condução da política econômica. Ademir Andrade (PSB-PA) lamentou que o governo destine R\$ 15 bilhões aos bancos no momento em que corta verbas para obras prioritárias na Amazônia.

Freitas condena os privilégios

O caso Banespa foi apontado pelo senador Freitas Nobre como demonstração de que o setor financeiro está sendo privilegiado na condução da política econômica, "assim como se está dando a uma região do país a atenção que não se confere às demais".

Freitas Neto, que interpretou o socorro ao Banespa como ajuda ao governo de São Paulo, co-



Freitas Neto

brou uma política de desenvolvimento regional. "Para socorrer os bancos em perigo soube-se produzir de imediato um programa. Para isso houve recursos", comparou, citando que apenas o Banco Nacional pode deixar na praça um rombo de R\$ 7,5 bilhões. Freitas Neto recebeu, em apertes, o apoio de Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Suassuna espera verdade do BC

O senador Ney Suassuna recomendou aos diretores do Banco Central que dedicassem o fim de semana à coleta de informações confiáveis, para que tenham condições de prestar todos os esclarecimentos que lhes

serão exigidos nesta terça-feira, quando vierem ao Congresso Nacional. Alertou que, se os esclarecimentos não forem convincentes, ficará reforçada



Suassuna

a posição de quem deseja uma CPI para apurar a atuação do Banco Central.

Suassuna chamou a atenção para os artigos divulgados sexta-feira pela imprensa sobre as fraudes no sistema financeira. Carlos Heitor Cony, conforme o senador, afirma que o rombo dos bancos falidos pode ter ultrapassado em valor todos os golpes do esquema Collor/PC Farias.

Líder do PT insiste em CPI

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra, leu em plenário nota oficial do seu partido propondo a instalação imediata de uma CPI do Congresso para investigar suspeitas de cumplicidade entre a cúpula do Banco Central e o sistema financeiro privado. O senador sustentou ser cada vez mais claro que "as frau-



Dutra

des cometidas pelo Banco Nacional eram de conhecimento de ministros e de presidentes do Banco Central". O PT, disse ele, exige investigação rigorosa e deseja apurar responsabilidades e criar fundamentos para a reestruturação das relações do Estado com o sistema financeiro privado.

Ademir: governo tira verba da Amazônia

O senador Ademir Andrade lamentou que o governo destine R\$ 15 bilhões para salvar banco falido, cortando verbas antes definidas para obras prioritárias da Amazônia, em prejuízo particularmente do Pará.

Ademir citou como exemplo a falta de recursos para obras consideradas prioritárias pela bancada federal do seu estado, como o asfaltamento da rodo-



Ademir

via que liga Cuiabá a Santarém e da Transamazônica, e a extensão da rede de energia gerada em Tucuruí a 69 municípios paraenses e demais estados da região.

Ele lembrou que, na campanha eleitoral, Fernando Henrique Cardoso prometeu destinar, durante seu governo, R\$ 4 bilhões ao Pará, o que representaria R\$ 500 milhões por ano.

José Alves apóia investigação do Senado

O senador José Alves criticou sexta-feira, no plenário, a falta de ação do governo na investigação dos escândalos financeiros denunciados pela imprensa nos últimos meses, envolvendo fraudes milionárias na administração de diversos bancos. Ele apoiou todas as iniciativas do Sena-

do para investigar as denúncias e pediu punições urgentes para todos os envolvidos nessas falcatruas.

Depois de lamentar que o governo tenha gasto R\$ 13 bilhões para sustentar instituições financeiras falidas, lembrou que as autoridades federais não desistiram de

privatizar a Cia. Vale do Rio Doce por um valor bem menor que os recursos injetados em bancos falidos. José Alves afirmou que "um dos piores males de nosso país é a impunidade" e ponderou que o brasileiro não pode continuar "bancando o prejuízo da impunidade".



José Alves

Cafeteira critica troca de apoio político por cargos



Cafeteira

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) criticou sexta-feira da tribuna o fisiologismo de políticos que condicionam seu voto favorável a projetos do governo em troca de cargos regionais, referindo-se ao comportamento da bancada do PFL do Maranhão na Câmara.

Cafeteira leu, em plenário, notícia do *Jornal do Brasil* segundo a qual os sete deputados pe-felistas ameaçam retirar-se do plenário da Câmara durante a votação da reforma da Previdência, na quarta-feira (dia 6), caso o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, nomeie um tuca-no para determinado cargo, em prejuízo de apadrinhado do PFL.

Romero Jucá repudia censura a música

O senador Romero Jucá (PFL-RR) qualificou de descabida a decisão da Justiça Federal de proibir a venda do disco de um grupo musical de Roraima contendo faixa que trata de demarcação de terras indígenas no estado.



Jucá

Sem entrar no mérito da questão, mas afirmando ser favorável à demarcação das terras indígenas, Romero Jucá disse que foi proibida uma manifestação cultural, com o que não concorda.

Valmir condena proposta de descriminar a maconha

Senador pede à sociedade e ao Estado que não admitam a derrota e desenvolvam todos os esforços numa pedagogia de prevenção

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) condenou sexta-feira a proposta que tramita na Câmara dos Deputados visando descriminar o uso da maconha. Ele pediu à sociedade e ao Estado brasileiro que não admitam a derrota e desenvolvam todos os esforços numa pedagogia de prevenção, com medidas



Valmir

restritivas, para assegurar a sobrevivência da juventude.

Valmir alertou para o fato de que o Brasil já começa a ser visto no exterior como um "paraíso de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico" e lembrou que o próprio Comitê Internacional de Controle de

Narcotráficos fez um apelo ao governo brasileiro para que adote uma legislação mais rígida.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o assunto tem causado sérias preocupações nas famílias brasileiras. No mesmo tom, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a descriminação da maconha tem que ser profundamente debatida.

Osmar prevê que agricultura deixará de amparar o Real

"O Plano Real sofre grave risco, porque não terá mais a escora da agricultura. Este ano, vamos ultrapassar em 12 milhões de toneladas nossa importação de alimentos, com um custo de US\$ 3 bilhões", alertou sexta-feira o senador Osmar Dias (PSDB-PR), salientando que, por falta de visão da equipe econômica do governo, esse dinheiro, que poderia estar sendo investido internamente, sairá do país.

Osmar Dias explicou que, por falta de financiamento agrícola, o país importará 1 milhão de toneladas de arroz e 200 mil toneladas de feijão, e atribuiu a queda na produção ao fato de que o governo não vislum-

brou o que está acontecendo no mercado internacional.

Ele observou que situação semelhante aconteceu com a soja: no ano passado, a alta do preço do produto se prenunciava no mundo inteiro, visto que os estoques internacionais eram baixos. Disse que o governo errou drasticamente quando não liberou linhas de crédito para os produtores que estavam descapitalizados para fazer o plantio da safra de verão. Agora, conforme Osmar Dias, o erro está sendo repetido com a cultura do trigo. Por isso, dirigiu apelo ao governo no sentido de que sejam revistas as medidas para o plantio da safra de inverno deste ano.



Osmar



Bernardo Cabral

Cabral destaca centenário do Teatro Amazonas

O senador Bernardo Cabral (AM) destacou sexta-feira o centenário do Teatro Amazonas, de Manaus, salientando que o prédio foi construído quando o estado contribuía com 51% do orçamento nacional.

Segundo o senador, aquele teatro "é um dos cinco mais belos do mundo" e pôde reviver, no último de 27, os dias de glória, com a apresentação do tenor José Carreras, assistida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo governador do estado, entre outras autoridades.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■

Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.